

Em um documento chamado *Relatório ambiental*, publicado em 2002, pela Assessoria de Comunicação Social da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), declarou-se que esta instituição, desde o início de suas atividades, estava atenta para o conflito entre agropecuária e preservação do meio ambiente, buscando o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro<sup>1</sup>. Criada em 1972, durante o governo do então presidente da República Emílio Garrastazu Médici, a empresa, alinhada ao plano de desenvolvimento do regime militar, deveria promover, coordenar e executar atividades de pesquisa com a finalidade de produzir conhecimentos e tecnologia necessários ao incremento da economia agrícola do país<sup>2</sup>. A proteção do mundo natural não constava do elenco inicial de suas atribuições. Compreender o processo e as razões por meio das quais a questão ambiental tornou-se eixo central das pesquisas realizadas na Embrapa é o mote central desse trabalho, que está em fase inicial. Para realizar essa análise, o recorte temporal utilizado será o período entre 1972, quando ocorreu a criação da Embrapa, e 2002, ano de publicação do referido relatório.

De acordo com a bibliografia que se debruçou sobre o desenvolvimento da pesquisa agropecuária no Brasil, a partir de 1930, o governo brasileiro começou a tentar estabelecer uma única e grande instituição de pesquisa em âmbito nacional que fosse capaz de coordenar e executar todos os estudos ligados à agropecuária. Cyro Mascarenhas Rodrigues, por exemplo, apontou que o grande marco da intervenção do Estado nas pesquisas científicas foi a criação do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônômicas (CNEPA). Este novo estabelecimento de investigação científica, criado em 1938, articulava pesquisa e experimentação agrícola com o ensino agrônômico, coordenado por um mesmo órgão. Assim, apenas as pesquisas zootécnicas e veterinárias, ligadas ao Departamento de Produção Animal do Ministério da Agricultura, não estavam sob sua coordenação<sup>3</sup>.

O CNEPA era formado pela Escola Nacional de Agronomia, Instituto de Química Agrícola, Instituto de Ecologia Agrícola (disciplina que estudava as diferenças biogeográficas

---

<sup>1</sup> EMBRAPA. Assessoria de Comunicação Social. *Relatório ambiental*. Brasília: DF, 2002.

<sup>2</sup> BRASIL, Decreto nº 72.020, de 28 de março de 1973. Aprova os Estatutos da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/D72020impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D72020impressao.htm)>. Acesso em: 15 out. 2012.

<sup>3</sup> RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. A pesquisa agropecuária federal no período compreendido entre a República Velha e o Estado Novo. *Cadernos de Difusão de Tecnologia*, Brasília, v. 4, n. 2, p.129-153, mai/ago 1987, p. 142.

de distintas regiões e ambientes naturais) e Instituto de Experimentação Agrícola. Posteriormente, foram incorporados o Instituto de Óleos, o Instituto de Fermentação, a Escola Nacional de Veterinária e Institutos Agronômicos regionais, constituindo a rede de Experimentação Agrícola. Em 30 de dezembro de 1943, o CNEPA foi reorganizado e passou a ser constituído por dois órgãos centrais: a Universidade Rural e o Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas (SNPA). O primeiro era formado pela Escola Nacional de Agronomia, Escola Nacional de Veterinária e Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão e seria responsável por promover e realizar o ensino superior de agronomia e veterinária, além de oferecer cursos de especialização em agropecuária. O SNPA, por sua vez, tinha como metas coordenar as pesquisas agronômicas efetuadas no Brasil, inspecionar os órgãos de experimentação agrícola, cooperar com as atividades da Universidade Rural e demarcar as regiões naturais do país, de acordo com as características climáticas. O Serviço era composto por quatro unidades centrais (Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícola, Instituto de Química Agrícola, Instituto de Óleos e Instituto de Fermentação) e uma rede nacional de pesquisas experimentais agrícolas, formada pelos institutos regionais e suas respectivas estações experimentais<sup>4</sup>.

Segundo Rodrigues, o (SNPA) foi fundamental na consolidação do sistema federal de pesquisas por meio de uma “administração centralizada e regionalização das ações de execução”<sup>5</sup>. No entanto, o autor aponta que, em 1962, foi criada a lei nº 4.024, que estabelecia as bases da educação nacional e passava a Universidade Rural para o Ministério da Educação e Cultura, fazendo com que a pesquisa agronômica no país fosse novamente reorganizada. Assim, em outubro desse mesmo ano, o CNPEA foi extinto e, no lugar do antigo SNPA, foi criado o Departamento de Pesquisa e Experimentação Agropecuária (DPEA). Tratava-se de um “órgão central normativo de programação e análises das pesquisas e experimentações agropecuárias”<sup>6</sup>, cuja grande inovação foi a incorporação das pesquisas zootécnicas e veterinárias que até então eram vinculadas ao Departamento de Produção Animal. Dessa

---

<sup>4</sup> Idem, p. 143.

<sup>5</sup> Ibidem, p. 148.

<sup>6</sup> RODRIGUES, Cyro Mascarenhas A pesquisa agropecuária no período do pós-guerra. *Caderno de Difusão de Tecnologia*. Brasília, v. 4, n. 3, set./dez. 1987, p.209.

maneira, as pesquisas agronômicas, zootécnicas e veterinárias estavam reunidas sob uma mesma coordenação: a do DPEA.<sup>7</sup>

Rodrigues também destaca que, em 1967, houve uma reforma administrativa federal que resultou na mudança de denominação dos órgãos de pesquisa agropecuária do país. O DPEA passou a se chamar Escritório de Pesquisa e Experimentação (EPE), mas continuou responsável pela coordenação, programação e avaliação da pesquisa agropecuária federal<sup>8</sup>. Já em 1971, o Ministério da Agricultura sofreu nova mudança estrutural e o EPE foi transformado no Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária (DNPEA), que tinha como finalidade “planejar, programar, coordenar, controlar e avaliar” atividades de pesquisas agropecuárias. Contudo, de acordo com o autor, a implementação dos programas de pesquisa do DNPEA não estava sendo satisfatória na concepção das autoridades, principalmente porque não proporcionou um aumento da produtividade agrícola da terra e do trabalho como se esperava<sup>9</sup>.

Por este motivo, em 1972, o Ministério da Agricultura instituiu um Grupo de Trabalho, composto pelo engenheiro agrônomo Otto Lyra Schrader, diretor da Divisão de Pesquisa Fitotécnica, do DNPEA, e José Irineu Cabral, do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA), para produzir um relatório no prazo de trinta dias em que fossem apontadas as limitações do DNPEA, possíveis soluções para os problemas e definidos

os principais objetivos e funções da pesquisa agropecuária, indicando uma estratégia em consonância com as necessidades do desenvolvimento nacional, de acordo com o previsto no documento Metas e Bases para a Ação do Governo<sup>10</sup>.

O então ministro da agricultura Luís Fernando Cirne Lima buscava, portanto, a elaboração de uma nova política de pesquisa agrícola que estivesse de acordo com os programas de desenvolvimento elaborados durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici<sup>11</sup>. De acordo com Luiz Carlos Delorme Prado e Fábio Sá Earp, o grande desafio

---

<sup>7</sup> Idem, p.209.

<sup>8</sup> Ibidem, p. 215.

<sup>9</sup> Ibid, p. 227.

<sup>10</sup> CABRAL, José Irineu. *Livro Preto: Sugestões para formação de um Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária*. Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

<sup>11</sup> Nascido no Rio Grande do Sul foi chefe do Estado-Maior de Costa e Silva, quando este estava no comando da Terceira Região Militar. Também foi presidente do Serviço Nacional de Informações (SNI) e, em 1969, nomeado comandante do Terceiro Exército no Rio Grande do Sul. Posteriormente, Médici foi escolhido pela

estabelecido por esse governo foi superar o subdesenvolvimento e aproximar o Brasil dos países desenvolvidos até o final do século XX. Desse modo, o Brasil precisaria crescer 7% ao ano, “incorporar as tecnologias mais modernas aos segmentos mais dinâmicos da sociedade e integrar segmentos e regiões atrasados ao núcleo mais moderno da economia”<sup>12</sup>.

Para alcançar esse crescimento, os autores ressaltaram que o governo estabeleceu dois planos de ação: o de Metas e Bases para a Ação do Governo, mencionado na citação acima, cuja finalidade era estabelecer os principais objetivos nacionais e o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), elaborado em 1971, que pretendia transformar o Brasil num país desenvolvido em apenas uma geração. Isso seria feito através da elevação de investimentos nos setores siderúrgicos, petroquímico, nos corredores de transporte, na construção naval, nas comunicações, energia e mineração, que seriam viabilizados tanto por empresas estatais quanto por crédito da rede de bancos<sup>13</sup>. Segundo Prado e Earp, com esses dois planos, Médici buscava proporcionar um crescimento econômico para diminuir a oposição ao regime militar. A busca de legitimidade do governo nesse período, de acordo com eles, deslocou-se do plano político para o econômico. A base da sua propaganda e legitimidade fundamentava-se na ideia de que o país estaria passando por um processo de construção do “Brasil Potência”<sup>14</sup>.

Sobre esse aspecto, Sônia Regina de Mendonça e Virgínia Maria Fontes também destacaram a importância da esfera econômica para a legitimação do poder durante a presidência de Médici. Segundo as autoras, o alicerce fundamental desse período foi o “binômio segurança nacional/desenvolvimento”<sup>15</sup>. Para Mendonça e Fontes, tornava-se cada vez mais forte o processo que relacionava a legitimidade do governo com o sucesso financeiro e econômico do Brasil<sup>16</sup>.

---

Junta Militar para tomar posse da presidência após a morte de Arthur Costa e Silva. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.212; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.), *O Brasil Republicano: O Tempo da Ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.258.

<sup>12</sup> PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio S. (2003), *O Milagre Brasileiro: Crescimento Acelerado, Integração Internacional e Concentração de Renda -1967-1973*, In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.), *O Brasil Republicano: O Tempo da Ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 221.

<sup>13</sup> Idem, p. 221.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 228.

<sup>15</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgínia Maria. *História Recente do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1994, p.49.

<sup>16</sup> Idem, p.49.

De acordo com José Eduardo Ferraz Clemente<sup>17</sup>, para efetivar esse projeto que buscava transformar o Brasil numa grande potência, os militares acreditavam que era necessário promover o desenvolvimento da ciência nacional e da tecnologia, pois esses viabilizariam o crescimento do país. Desse modo, o governo investiu maciçamente em ciência e tecnologia e fomentou alguns centros de pesquisas, visto que essas áreas eram concebidas como molas propulsoras para o desenvolvimento econômico e industrial do país<sup>18</sup>. Como indicou Clemente, este fato pode ser observado no próprio plano de Metas e Bases para a Ação do Governo:

“(...) na sociedade moderna, o poder de competição entre as nações e a sua capacidade de acelerar o crescimento dependem cada vez da aplicação do conhecimento. Ou seja, do progresso tecnológico em sentido amplo – abrangendo a educação, a pesquisa, a inovação -, pelo seu cada vez mais amplo poder de transformar e tornar mais eficientes os demais fatores de produção, representados pela mão-de-obra, o capital físico, os recursos naturais.”<sup>19</sup>

Nesse sentido, segundo o relatório apresentado por Otto Lyra Schrader e José Irineu Cabral, o uso de tecnologia e a pesquisa agropecuária seriam fundamentais para aumentar o rendimento e a produtividade dos produtos básicos, um dos aspectos essenciais da política de desenvolvimento adotada por Médici. Por esta razão, era importante, de acordo com os integrantes do Grupo de Trabalho, a criação de um novo sistema nacional de pesquisa agropecuária que fosse capaz de atender as necessidades de crescimento da economia, fornecendo à pesquisa agropecuária “a orientação, os instrumentos e a estrutura de que carece para cumprir, eficientemente, o seu papel no atual processo de sociedade brasileira.”<sup>20</sup> Dessa maneira, apontaram, como uma alternativa, a criação de uma empresa pública que se

<sup>17</sup> CLEMENETE, José Eduardo Ferraz. *Ciência e política durante a ditadura militar: o caso da comunidade brasileira de físicos (1964-1979)*. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005, p.65-66.

<sup>18</sup> É importante ressaltar que, segundo Simon Schwartzman, ações, cuja finalidade era utilizar a ciência e a tecnologia como forma de fomentar o desenvolvimento econômico do Brasil, começaram a ser efetivadas ainda no início do regime militar, por meio de investimentos substanciais na área. O autor salienta que a crença compartilhada no poder da ciência e no nacionalismo foi o fator que possibilitou a convergência entre cientistas e intelectuais da esquerda e militares da direita. No entanto, Schwartzman ressalta que essa convivência não foi tranquila, pois muitos cientistas foram demitidos dos seus cargos acadêmicos e exilados. Ver: SCHWARTZMAN, Simon. *O grande salto à frente*. In: *Um Espaço para a Ciência: A Formação da Comunidade Científica no Brasil*. Brasília: MCT/CNPq/CEE, 2001.

<sup>19</sup> CLEMENETE, José Eduardo Ferraz. *Ciência e política durante a ditadura militar: o caso da comunidade brasileira de físicos (1964-1979)*. Op. Cit., 2005, p.65

<sup>20</sup> CABRAL, José Irineu. *Livro Preto: Sugestões para formação de um Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária*. Op. Cit., 2006, p. 3.

denominaria Empresa Nacional de Pesquisa Agropecuária (ENAPA), vinculada ao Ministério da Agricultura. A empresa deveria promover e realizar a pesquisa agropecuária no país e absorver as atribuições do Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária e seus bens móveis e imóveis. Ela seria o órgão central do sistema, que também contaria com outros organismos federais, estaduais, universidade e setor privado, mediante planejamento dos projetos de pesquisa.<sup>21</sup>

De acordo com um documento elaborado pela Assessoria Técnico-Administrativa da Embrapa, a partir das observações e sugestões apresentadas pelo Grupo de Trabalho, Luiz Fernando Cirne Lima, ministro da agricultura, e João Paulo dos Reis Velloso, o então ministro do Planejamento e Coordenação Geral, apresentaram ao presidente da República, o general Médici, uma exposição de motivos para a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), no dia 21 de setembro de 1972. Alguns meses depois, em 7 de dezembro de 1972, Médici promulgou a Lei nº 5.851, extinguindo o antigo DNPEA e autorizando a criação da Embrapa.<sup>22</sup>

O primeiro estatuto da Embrapa entrou em vigor no dia 28 de março de 1973. De acordo com esse regulamento, a Embrapa seria vinculada ao Ministério da Agricultura, teria sede em Brasília e seus objetivos seriam:

“I - promover, estimular, coordenar e executar atividades de pesquisa, com o objetivo de produzir conhecimentos e tecnologia a serem empregados no desenvolvimento agrícola nacional;

II - dar apoio técnico e administrativo a órgãos do Poder Executivo com atribuições de formulação, orientação e coordenação da política de ciência e tecnologia no setor agrícola.”<sup>23</sup>

Todas essas pesquisas que a Embrapa efetivaria deveriam ser planejadas a partir de alguns critérios básicos. O primeiro deles era a compatibilização dos projetos da empresa com o Plano Nacional de Desenvolvimento do país, mencionado anteriormente. Além disso, também foram ressaltadas a necessidade de adequação de todas as suas atividades às políticas de desenvolvimento do setor agrário elaboradas pelo Ministério da Agricultura, a integração

<sup>21</sup> Idem, p. 108-111.

<sup>22</sup> EMBRAPA. *Atos Constitutivos*. Brasília: DF, Embrapa, ATA, 1984, p.8-13.

<sup>23</sup> Brasil, Decreto nº 72.020, de 28 de março de 1973. Aprova os Estatutos da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/D72020impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D72020impressao.htm)>. Acesso em: 15 out. 2012.

em nível regional ou nacional das pesquisas realizadas por produto ou por disciplinas, a participação dos órgãos regionais na efetuação de seus respectivos programas, dentre outros aspectos<sup>24</sup>.

Para que a empresa conseguisse desenvolver plenamente suas atividades, ela deveria cooperar com as instituições federais e estaduais voltadas para a pesquisa agropecuária, promover ou colaborar com a formação profissional e o seu aperfeiçoamento, fornecer financiamentos para atividades de pesquisa e unir-se com empresas privadas mediante contratos, caso estas estivessem aptas a desenvolver trabalhos de pesquisa. Além disso, a Embrapa poderia realizar suas atividades através de convênios e contratos firmados com pessoas jurídicas estrangeiras ou nacionais e deveria receber remuneração pelas pesquisas elaboradas para órgãos públicos ou entidades privadas<sup>25</sup>.

Os recursos financeiros para a realização das investigações científicas seriam provenientes de diversos meios. A empresa receberia contribuição de até cinco por cento da receita anual do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e até dez por cento do lucro líquido anual que coubessem à União no Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. (BNCC), na Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e na Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM). Ainda poderia adquirir recursos oriundos de convênios e contratos de prestação de serviços, dos seus bens patrimoniais, de créditos abertos em seu favor e de doações<sup>26</sup>.

Inicialmente, a empresa foi estruturada em três níveis distintos: órgãos de Administração Superior, compostos pelo Conselho Técnico, Diretoria Executiva e unidades centrais; órgãos regionais, responsáveis pela formulação e efetivação de atividades de pesquisas regionais e de projetos específicos; e órgãos locais que realizariam pesquisas diretamente relacionadas aos projetos específicos.<sup>27</sup>

Assim organizada, no dia 26 de abril de 1973, a Embrapa iniciou suas atividades e assumiu os institutos de pesquisa, as estações experimentais e os projetos elaborados até aquele momento pelo DNPEA. Eram cerca de noventa e duas unidades: “9 sedes dos

---

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> Ibidem.

<sup>26</sup> Ibid.

<sup>27</sup> Ibid.

institutos regionais, 70 estações experimentais, 11 imóveis e 2 centros nacionais”<sup>28</sup>. Desse modo, a empresa começava a coordenar todo o sistema de pesquisa agropecuária em âmbito federal, com várias unidades distribuídas pelo país.

Ainda em 1973, a Embrapa criou, nos estados onde ainda não havia empresa de pesquisa agropecuária, Unidades de Execução de Pesquisas de Âmbito Estaduais (UEPAEs)<sup>29</sup>. Um ano depois fundou uma representação em cada estado da federação e os primeiros centros nacionais por produtos. A escolha dos locais para a implantação dessas unidades de pesquisa foi feita a partir de dois critérios: preferir o interior à capital e os lugares onde a densidade da produção e dos problemas ligados a ela eram maiores<sup>30</sup>.

Em 1975, foi aprovado novo estatuto da Embrapa<sup>31</sup>. A maior diferença entre este e o regulamento anterior foi em relação à estrutura da empresa, que passaria a estar dividida apenas em dois grupos: Órgãos de Administração Superior, composta pela Diretoria Executiva e pelas Unidades Centrais; e Órgãos Descentralizados, integrados pelas unidades de coordenação regional e estadual e pelas unidades de execução de abrangência nacional e estadual que tinham por objetivo coordenar, programar e efetuar as metas da empresa<sup>32</sup>.

<sup>28</sup> Disponível em: <<http://hotsites.sct.embrapa.br/pme/historia-da-embrapa>>. Acesso em: 15 out. 2012.

<sup>29</sup> SIQUEIRA, Alberto Luiz. *Órgãos agrícolas em Sergipe: panorama histórico da pesquisa*. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2006, p.20-21.

<sup>30</sup> Idem, p.21.

<sup>31</sup> EMBRAPA, *Atos Constitutivos*. Op. Cit., 1984, p. 35.

<sup>32</sup> De 1974 a 1980, novos centros de pesquisa foram criados. Em 1980, a Embrapa já coordenava 50 órgãos, classificados em Órgãos de ação Nacional que estavam divididos em Centros de Pesquisa por Produto - CNP (CNP Algodão, em Campina Grande, Paraíba; CNP Arroz e Feijão em Goiânia, Goiás; CNP Caprinos, em Sobral, Ceará; CNP Gado de Corte, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul; CNP Gado de Leite, Coronel Pacheco, Minas Gerais; CNP Mandioca e Fruticultura, Cruz das Almas, Bahia; CNP Milho e Sorgo, Sete Lagoas, Minas Gerais; CNP Seringueira, Manaus; CNP Soja, em Londrina, Paraná; CNP Suínos e Aves, em Concórdia, Rio Grande do Sul e CNP Trigo, em Passo Fundo, Rio Grande do Sul) e Serviços Especiais (Centro Nacional de Recursos Genéticos – CENARGEN, em Brasília, Distrito Federal; Centro de Tecnologia Agrícola e Alimentar – CTAA, Rio de Janeiro; Serviço Nacional de Levantamento e Conservação dos Solos – SNLCS, Rio de Janeiro e Serviço de Produção de Sementes Básicas - SPSB, Brasília, Distrito Federal). Além disso, também havia os Órgãos de Ação Regional, formados pelos Centros de Pesquisa Agropecuária de Recursos Naturais (Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados, CPAC, Brasília, Distrito Federal; Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido, CPATSA, em Petrolina, Pernambuco e Juazeiro, Bahia; e Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido, CPATU, Belém, Pará) e Unidade Regional de Pesquisa Florestal Centro-Sul, URPFCS, Colombo, Paraná. Igualmente, havia os Sistemas Estaduais, integrados pelas Empresas Estaduais (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, EPAMIG; Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária, EMGOPA; Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária, EMCAPA; Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária, EMPASC; Empresa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro, PESAGRO; Empresa de Pesquisa Agropecuária do Ceará, EPACE; Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária, IPA; Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia, EPABA; Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária, EMAPA; Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba, EMEPA; Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul, EMPAER; Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte, EMPARN; Empresa de Pesquisa

O modelo institucional de pesquisa adotado pela Embrapa foi definido em 1974 e era formado pelo Sistema Cooperativo de Pesquisa Agropecuária (SCPA). Com esse modelo, ficaria sob a responsabilidade da Embrapa a pesquisa aplicada, enquanto a básica seria realizada pelas universidades. O SCPA tinha duas frentes de atuação: a ação direta e a ação coordenadora. A ação direta ocorria por meio da execução de pesquisa realizada nos centros nacionais, responsáveis pelo desenvolvimento de pesquisas sobre produtos considerados prioritários para a agropecuária nacional; dos centros regionais, que deveriam fazer um levantamento sobre os recursos naturais e sócio-econômicos das suas áreas de abrangência; dos serviços especiais, compostos pelo serviço de produção de sementes e serviço de levantamento e conservação do solo que deveriam auxiliar as outras unidades de pesquisas; e as unidades de pesquisa de âmbito estadual (UEPAEs), que geravam tecnologias para projetos de interesse local, cooperavam com os centros regionais e deveriam se articular com as universidades, objetivando a formação e o treinamento de profissionais e a assessoria para a resolução de determinados problemas. Já a ação coordenadora estava ligada às atividades de pesquisa conduzidas pelas empresas de âmbito estadual de pesquisa agropecuária e pela própria Embrapa ou pelas suas unidades estaduais nos estados em que não havia empresa estadual.<sup>33</sup>

---

Agropecuária de Alagoas, EPEAL; e Empresa de Pesquisa Agropecuária do Mato Grosso, EMPA.), Programas Integrados (São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul) e Unidades de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual e/ou Territorial (UEPAE de Corumbá, MS; UEPAE de Pelotas, RS; UEPAE de Cascata, RS; UEPAE de Manaus, AM; UEPAE de Altamira, PA; UEPAE de Teresina, PI; UEPAE de Aracaju, CE; UEPAE de Bagé, RS; UEPAE de Dourados, MS; UEPAE de Rio Branco, AC; UEPAE de São Carlos, SP; UEPAE de Bento Gonçalves, RS; UEPAE de Brasília, DF; UEPAE de Porto Velho, RO). Ao longo dos anos, esses órgãos começaram a ser reorganizados. Alguns tiveram seus nomes alterados, enquanto outros se fundiram para dar origem a novos centros de pesquisa. Assim, em 2002, a EMBRAPA era constituída pelas seguintes Unidades Descentralizadas: Embrapa Acre, Embrapa Agrobiologia, Embrapa Agroindústria de Alimentos, Embrapa Agroindústria Tropical, Embrapa Agropecuária Oeste, Embrapa Algodão, Embrapa Amapá, Embrapa Amazônia Ocidental, Embrapa Amazônia Oriental, Embrapa Arroz e Feijão, Embrapa Café, Embrapa Caprinos, Embrapa Cerrados, Embrapa Clima Temperado, Embrapa Florestas, Embrapa Gado de Corte, Embrapa Gado de Leite, Embrapa Hortaliças, Embrapa Informação Tecnológica, Embrapa Informática Agropecuária, Embrapa Mandioca e Fruticultura, Embrapa Meio Ambiente, Embrapa Meio-Norte, Embrapa Milho e Sorgo, Embrapa Monitoramento por Satélite, Embrapa Pantanal, Embrapa Pecuária Sudeste, Embrapa Pecuária Sul, Embrapa Recursos Genéticos e Tecnologia, Embrapa Rondônia, Embrapa Roraima, Embrapa Soja, Embrapa Semi-Árido, Embrapa Solos, Embrapa Suínos e Aves, Embrapa Tabuleiros Costeiros, Embrapa Transferência de Tecnologia, Embrapa Trigo e Embrapa Uva e Vinho. VER: ALVES, Eliseu Roberto de Andrade. *A importância do investimento na pesquisa agropecuária*. Brasília: Embrapa, 1980; EMBRAPA. Assessoria de Comunicação. *Relatório Ambiental*, Op. Cit., 2002.

<sup>33</sup> BORGES FILHO, Epaminondas Luiz. *Da redução dos insumos agrícolas à agroecologia: a trajetória das pesquisas com práticas agrícolas mais ecológicas na Embrapa*. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005, p. 98-101.

O SCPA foi substituído, em 1992, pelo Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA). Coordenado pela Embrapa, o novo sistema também é integrado pelas Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAs), universidades e institutos de pesquisa de abrangência federal e estadual e por organizações públicas e privadas que estejam vinculadas à pesquisa agropecuária. Dentre os principais objetivos do SNPA, estão: conciliar as estratégias de pesquisa agropecuária com as políticas nacionais e regionais de desenvolvimento, organizar e coordenar as instituições que fazem parte do sistema e estabelecer um sistema de informação agrícola.<sup>34</sup>

Assim, coordenando o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa, ao longo dos anos, tem exercido importante papel na realização de pesquisas científicas em diferentes áreas, com o objetivo de encontrar soluções e produzir inovações que possam ser utilizadas, segundo a missão da empresa, para garantir a “sustentabilidade da agricultura brasileira”<sup>35</sup>.

A variedade de pesquisas realizadas em distintos campos do conhecimento tem reflexos na própria produção bibliográfica referente à Embrapa. Foram elaborados trabalhos em diversas disciplinas, utilizando a empresa como objeto de pesquisa ou seus estudos e experiências como fontes para análises. Inclusive, há trabalhos que tomam como objeto a inserção da preocupação com o meio ambiente na empresa, como os estudos de Epaminondas Luiz Borges Filho<sup>36</sup>, Adriana Bin<sup>37</sup> e Vanessa Ortiz de Camargo, em economia, geociências e sociologia, respectivamente.<sup>38</sup> No entanto, esses trabalhos não tratam dos primeiros anos de atividades da empresa. Limitam-se basicamente a analisar o período posterior a meados de 1980, explicando o interesse pela questão ambiental devido quase exclusivamente à influência de pautas externas como a crise do modelo produtivista e a introdução da agroecologia, por exemplo, que teriam levado a uma reorganização interna da empresa. Além disso, não estabelecem relações entre a criação da Embrapa, o regime militar, a orientação de suas pesquisas, a transição para o governo democrático e a reorganização da ciência pública no

<sup>34</sup> BIN, Adriana. *Agricultura e meio ambiente: contexto e iniciativas da pesquisa pública*. Dissertação (Mestrado em Geociências), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004, p. 87.

<sup>35</sup> Disponível em: [http://www.embrapa.br/a\\_embrapa/missao\\_e\\_atuacao](http://www.embrapa.br/a_embrapa/missao_e_atuacao). Acesso em: 15 out. 2012.

<sup>36</sup> BORGES FILHO, Epaminondas Luiz. *Da redução dos insumos agrícolas à agroecologia: a trajetória das pesquisas com práticas agrícolas mais ecológicas na Embrapa*. Op. Cit., 2005.

<sup>37</sup> BIN, Adriana. *Agricultura e meio ambiente: contexto e iniciativas da pesquisa pública*. Op. Cit., 2004.

<sup>38</sup> CAMARGO, Vanessa Ortiz. *Entre resistências e inserções: a construção da agroecologia na Embrapa*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2009.

Brasil. Do mesmo modo, apenas mencionam o crescimento dos movimentos ambientalistas e a realização de acordos internacionais sobre o tema, sem procurar entender o impacto desses eventos na elaboração de pesquisas que demonstram a preocupação da empresa com os recursos naturais. Assim, essa bibliografia se caracteriza, sobretudo, por desenvolver análises que possuem como foco principal aspectos internos da própria instituição, como, por exemplo, seus modelos de gestão.

Na minha tese de doutorado, almejo, portanto, tentar preencher essas lacunas. Nesse sentido, pretendo realizar uma abordagem mais atenta aos movimentos da política e da sociedade civil e seu impacto sobre a instituição. Dessa maneira, buscarei refletir sobre o plano de desenvolvimento da ditadura para o país e o financiamento maciço que as pesquisas científicas receberam durante o governo militar para compreender a própria criação da empresa. Também examinarei a influência do ambientalismo e dos movimentos ecológicos contemporâneos, e seus debates acerca do desenvolvimento sustentável e da agroecologia, sobre os programas desenvolvimentistas nacionais e internacionais. Outro ponto importante a investigar é a adesão da empresa a programas de segurança alimentar, combate à pobreza e à fome, nacionais e internacionais, e sua articulação com a ecologia política, propostos e implementados no período sugerido para esta pesquisa. Nesse desdobramento, parece-me importante privilegiar na pesquisa a análise da criação de quatro unidades que tratam diretamente da questão ambiental e que produzem pesquisas que têm por objetivo desenvolver práticas agrícolas sustentáveis: Embrapa Florestas, Embrapa Meio Ambiente, Embrapa Amazônia Ocidental e Embrapa Amazônia Oriental.

Para levar a cabo esse estudo e compreender as políticas da instituição, seus principais objetivos e ações em relação a práticas sustentáveis de agricultura, examinarei seus regulamentos, planos diretores, o Pronapa (que constitui uma publicação anual com a listagem de todas as pesquisas realizadas pela empresa ao longo do ano) e seus trabalhos referentes ao tema da conservação ambiental. Além disso, analisarei o contexto em que cada uma dessas unidades mencionadas anteriormente foram criadas e as circunstâncias históricas, políticas, ambientais e científicas que levaram a reformulação das suas políticas na direção do desenvolvimento sustentável, por meio dos documentos oficiais de cada unidade, como os planos diretores de cada uma delas, seus relatórios de gestão anuais e suas publicações referentes às pesquisas que buscam uma agricultura sustentável. Igualmente, examinarei os

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

acordos internacionais assinados pelo Brasil e os relatórios e documentos produzidos a partir das conferências organizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

## Bibliografia

BIN, Adriana. *Agricultura e meio ambiente: contexto e iniciativas da pesquisa pública*. Dissertação (Mestrado em Geociências), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

BORGES FILHO, Epaminondas Luiz. *Da redução dos insumos agrícolas à agroecologia: a trajetória das pesquisas com práticas agrícolas mais ecológicas na Embrapa*. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

BRASIL, Decreto n° 72.020, de 28 de março de 1973. Aprova os Estatutos da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/D72020impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D72020impressao.htm)>. Acesso em: 15 out. 2012.

CABRAL, José Irineu. *Livro Preto: Sugestões para formação de um Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária*. Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

CAMARGO, Vanessa Ortiz. *Entre resistências e inserções: a construção da agroecologia na Embrapa*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2009.

CLEMENETE, José Eduardo Ferraz. *Ciência e política durante a ditadura militar: o caso da comunidade brasileira de físicos (1964-1979)*. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005

EMBRAPA. Assessoria de Comunicação Social. *Relatório ambiental*. Brasília: DF, 2002.

EMBRAPA. *Atos Constitutivos*. Brasília: DF, Embrapa, ATA, 1984.

MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgínia Maria. *História Recente do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio S. (2003), *O Milagre Brasileiro: Crescimento Acelerado, Integração Internacional e Concentração de Renda -1967-1973*, In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.), *O Brasil Republicano: O Tempo da Ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. A pesquisa agropecuária federal no período compreendido entre a República Velha e o Estado Novo. *Cadernos de Difusão de Tecnologia*, Brasília, v. 4, n. 2, p.129-153, mai/ago 1987.

\_\_\_\_\_. A pesquisa agropecuária no período do pós-guerra. *Caderno de Difusão de Tecnologia*. Brasília, v. 4, n. 3, set./dez. 1987.

SCHWARTZMAN, Simon. O grande salto à frente. In: *Um Espaço para a Ciência: A Formação da Comunidade Científica no Brasil*. Brasília: MCT/CNPq/CEE, 2001.

SILVA. Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELAGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.), *O Brasil Republicano: O Tempo da Ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988,

SIQUEIRA, Alberto Luiz. *Órgãos agrícolas em Sergipe: panorama histórico da pesquisa*. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2006.